

A PRIMEIRA INFÂNCIA EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS OLHARES

Danielle Domingos da Silva Marques¹

Marcelo de Souza Marques²

Álvaro Luis de Oliveira³

Lucas Torres Marques⁴

Resumo: O presente artigo relata a experiência de uma oficina educativa sobre educação ambiental, desenvolvida com 75 crianças da primeira infância em uma escola de Parnamirim/RN, no Dia Mundial do Meio Ambiente de 2025. A atividade buscou sensibilizar sobre temas como conservação, resíduos, clima e ação humana. A metodologia envolveu momentos lúdicos, rodas de conversa, produção artística e construção de uma maquete sustentável. Os resultados revelaram expressivas interpretações infantis sobre o meio ambiente, com destaque para a criatividade, senso de pertencimento e consciência ambiental.

Palavras-chave: Primeira Infância; Educação Ambiental; Oficina Educativa.

Abstract: This article reports the experience of an educational workshop on environmental education, developed with 75 young children in a private school in Parnamirim/RN, on World Environment Day. The activity aimed to raise awareness about topics such as conservation, waste, climate, and human action. The methodology included playful moments, circle time, artistic production, and the construction of a sustainable model. The results revealed

¹Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: danielledsmarques@gmail.com, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5512640003619448>

² Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marcelo.marques@ifrn.edu.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8876575945576374>

⁴ Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: alvaro.oliveira@ifrn.edu.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025610968184632>

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lucas.marques.016@ufrn.edu.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0281845604882859>

expressive interpretations by the children about the environment, highlighting creativity, sense of belonging, and environmental awareness.

Keywords: Early childhood; Environmental education; Education workshop.

Introdução

A crise climática, marcada por eventos extremos, perda de biodiversidade e crescente degradação ambiental, exige respostas urgentes em múltiplas esferas — entre eles, a educação. Nesse contexto, a educação ambiental surge como estratégia fundamental para a formação de sujeitos críticos, sensíveis e atuantes na construção de sociedades sustentáveis. Apesar dos avanços conceituais e legais na área, as ações voltadas à primeira infância ainda são pouco exploradas, mesmo sendo essa uma fase crucial para o desenvolvimento de valores, atitudes e vínculos afetivos com o meio ambiente.

Diversos marcos nacionais e internacionais reforçam a importância de integrar a educação ambiental desde os primeiros anos. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, estabelece que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive na educação infantil. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora diretrizes que estimula a abordagem interdisciplinar de temas socioambientais, considerando o protagonismo infantil e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Educar crianças pequenas para o cuidado com o ambiente implica ir além da transmissão de conteúdos: envolve o estímulo à sensibilidade, à curiosidade e ao senso de pertencimento à natureza. A abordagem lúdica, sensorial e afetiva mostra-se especialmente potente para integrar saberes e valores ecológicos desde os primeiros anos de vida. Como destaca Louv (2016), a reconexão das crianças com o mundo natural é essencial tanto para a saúde do planeta quanto para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Este artigo apresenta um relato de experiência baseado na oficina realizada com 75 crianças com idades entre 1 e 6 anos, matriculadas nos níveis I a V da educação infantil de uma instituição privada de ensino localizada no município de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte. A experiência foi desenvolvida em 6 de junho de 2025, durante as atividades alusivas ao Dia Mundial do Meio Ambiente, envolvendo turmas dos turnos matutino e vespertino. O contexto institucional da experiência caracteriza-se pelo atendimento à primeira infância, considerando diferentes faixas etárias e, consequentemente, distintas formas de compreensão, expressão e interação com as questões socioambientais. Nesse cenário, a oficina foi planejada a partir de estratégias lúdicas, participativas e sensíveis, buscando aproximar as temáticas ambientais do cotidiano e das possibilidades de expressão das crianças.

A atividade buscou promover reflexões e vivências sobre temas como educação ambiental e climática, gestão de resíduos, conservação, preservação

da natureza e os impactos das ações antrópicas no meio ambiente, respeitando as características cognitivas e emocionais da primeira infância. Ao compartilhar essa vivência, este estudo tem como objetivo geral promover, de forma lúdica e sensível, a conscientização ambiental entre crianças da primeira infância, incentivando a escuta ativa, a expressão criativa e a construção de vínculos afetivos com o meio ambiente e suas múltiplas dimensões. A partir do relato da experiência, busca-se ainda contribuir para o debate sobre as possibilidades pedagógicas de abordar, de forma sensível e significativa, temas ambientais no cotidiano das crianças pequenas.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivos específicos os seguintes: I) relatar a experiência da oficina educativa realizada com crianças da primeira infância, destacando as metodologias aplicadas para abordar temas de educação ambiental, educação climática, gestão de resíduos, conservação e preservação do meio ambiente; II) analisar a importância dessas práticas para a formação de atitudes e valores sustentáveis desde a infância; e III) refletir sobre os impactos das ações antrópicas no meio ambiente a partir da perspectiva das crianças.

A educação ambiental na primeira infância

A primeira infância é uma fase crítica do desenvolvimento humano, sendo considerada pela neurociência e pela psicologia do desenvolvimento como o período mais propício para a formação de valores, atitudes e comportamentos duradouros. A educação ambiental voltada para essa faixa etária deve, portanto, considerar não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a construção de vínculos afetivos com o meio ambiente. Segundo Piaget (1976), o pensamento infantil passa por estágios de desenvolvimento, e na fase pré-operatória (2 a 6 anos), a criança aprende principalmente por meio da experiência concreta, da imaginação e do brincar. Assim, a abordagem ambiental deve ser sensorial, interativa e lúdica.

A Educação Ambiental constitui um campo plural, atravessado por diferentes concepções sobre as relações entre sociedade, educação e ambiente. Nesse sentido, sua abordagem não pode ser compreendida como uma prática pedagógica homogênea, uma vez que diferentes perspectivas político-pedagógicas orientam modos distintos de interpretar os problemas ambientais e de organizar as ações educativas. Layrargues e Lima (2014) identificam três macrotendências no campo da Educação Ambiental brasileira — conservacionista, pragmática e crítica — que, embora apresentem interfaces entre si, expressam diferentes compreensões sobre a relação sociedade-natureza, os problemas socioambientais e as finalidades da ação educativa.

A macrotendência conservacionista concentra-se, de modo geral, na valorização e na proteção da natureza, enfatizando mudanças comportamentais individuais e a formação de atitudes de cuidado e preservação ambiental. A perspectiva pragmática, por sua vez, incorpora preocupações relacionadas ao enfrentamento dos problemas ambientais por meio de soluções técnicas, comportamentais e de gestão, com destaque para

temas como consumo responsável, reciclagem e uso racional dos recursos. Já a macrotendência crítica amplia a compreensão da questão ambiental ao considerar suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, problematizando as relações de poder, as desigualdades e os conflitos que participam da produção dos problemas socioambientais (Layrargues; Lima, 2014).

É nessa última perspectiva que este estudo se posiciona. A Educação Ambiental Crítica é assumida como fundamento político-pedagógico da experiência relatada, por compreender que a formação ambiental não se restringe à transmissão de conhecimentos sobre a natureza ou à indução de comportamentos considerados ambientalmente adequados. Ao contrário, envolve a construção de possibilidades para que os sujeitos estabeleçam relações reflexivas com o ambiente, reconhecendo-se como parte de uma realidade socioambiental constituída histórica e culturalmente. Essa perspectiva permite compreender a criança não apenas como receptora de orientações sobre preservação, mas como sujeito que interpreta, expressa e atribui significados às relações entre sociedade, natureza e território.

Carvalho (2008) argumenta que a educação ambiental crítica precisa ser iniciada desde os primeiros anos de vida, pois é nesse momento que o sujeito começa a desenvolver uma percepção de mundo e uma consciência ética. Nessa perspectiva, a educação ambiental na infância não se resume a ensinar “o que é certo ou errado”, mas sim a oferecer situações em que a criança possa experimentar, sentir, imaginar e se encantar com a natureza.

A obra de Richard Louv (2016), “A Última Criança na Natureza”, popularizou a ideia do “transtorno do déficit de natureza”, defendendo que o afastamento das crianças do ambiente natural prejudica seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Louv defende que a reconexão com a natureza é essencial para o bem-estar infantil e para a construção de uma cultura ambiental. Essa proposta é reforçada por autores brasileiros como Barbosa e Horn (2008), que observam que a criança pequena se expressa por meio do corpo, do gesto, da linguagem simbólica e da interação com o ambiente. Por isso, espaços ricos em natureza e relações são fundamentais para a educação infantil.

No contexto brasileiro, a inserção da Educação Ambiental no campo educacional é respaldada por diferentes marcos legais e normativos, que, ao longo das últimas décadas, ampliaram sua presença na Educação Básica. A Tabela 1 sintetiza os principais documentos relacionados à abordagem adotada neste estudo.

Segundo Oliveira (2013), a educação ambiental na infância pode atuar como um vetor de transformação social, pois estimula as crianças a pensarem sobre seu papel no mundo e nas consequências de suas ações. A autora ressalta que esse processo não deve ser instrumental ou utilitário, mas sim formativo e emancipador. Para tanto, é necessário formar professores sensíveis, que compreendam a importância de desenvolver práticas que articulem o brincar com o pensar ambientalmente.

Tabela 1 - Principais marcos legais e normativos que fundamentam a Educação Ambiental na Educação Básica brasileira

Marco legal/normativo	Ano	Objetivo/diretriz	Contribuição para a Educação Ambiental
Constituição Federal – art. 225	1988	Assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.	Prevê a promoção da EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública.
Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/1999	1999	Instituir a EA como componente essencial e permanente da educação nacional.	Fundamenta sua presença articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino.
Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei nº 12.187/2009	2009	Orientar ações nacionais de enfrentamento às mudanças climáticas.	Inclui educação, capacitação e conscientização pública entre suas diretrizes.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – Resolução CNE/CP nº 2/2012	2012	Orientar a implementação da EA nos sistemas de ensino.	Reforça seu caráter integrado, contínuo e interdisciplinar.
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	2017/2018	Estabelecer aprendizagens essenciais da Educação Básica.	Favorece a abordagem das questões socioambientais articulada às experiências e aprendizagens da Educação Básica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em Brasil (1988; 1999; 2009; 2012; 2017; 2018).

Diversos estudos de caso indicam que crianças expostas a práticas ambientais desde cedo tendem a desenvolver maior empatia com seres vivos, consciência ecológica e senso de responsabilidade. Um exemplo é o trabalho de Ferreira e Reigota (2010), que mostram como projetos pedagógicos que integram hortas escolares, reciclagem e cuidado com plantas fortalecem laços sociais e ecológicos. O envolvimento das famílias também é apontado como essencial para a consolidação de uma cultura ambiental compartilhada entre escola, casa e comunidade. Complementarmente, Silva *et al.* (2021) evidenciam que o desenvolvimento de atividades educativas com crianças pequenas pode gerar não apenas aprendizados sobre o ambiente, mas também transformar relações afetivas com a natureza e o território escolar.

A educação ambiental e mudanças ambientais globais

A emergência climática tem sido reconhecida como um dos maiores desafios da contemporaneidade, exigindo uma resposta coletiva e interdisciplinar que inclua a educação desde as etapas iniciais da formação humana. A educação ambiental, nesse contexto, promove a compreensão crítica dos processos que desencadeiam as mudanças climáticas globais, seus impactos nos ecossistemas e nas sociedades humanas, bem como estratégias de mitigação e adaptação. De acordo com a UNESCO (2021), inserir a

temática climática na educação básica é uma ação estratégica para preparar as novas gerações para um mundo em constante transformação ambiental.

Embora o tema das mudanças climáticas envolva complexidade científica, estudos demonstram que ele pode ser introduzido na educação infantil de maneira sensível e significativa. Segundo Moura e Marandino (2020), a chave está em explorar fenômenos naturais, sensações térmicas, observações do cotidiano e vínculos afetivos com o meio ambiente, promovendo uma alfabetização ecológica gradual. Trabalhar com as crianças noções como o calor do sol, o ciclo da água e o cuidado com as plantas, por exemplo, já constitui um início promissor de abordagem climática.

De acordo com Druciak, Kataoka e Obara (2025), a educação deve priorizar práticas pedagógicas que integrem afetividade, participação e engajamento com o território, especialmente nas fases iniciais da educação básica. A abordagem lúdica é essencial para comunicar questões ambientais complexas na primeira infância. Loureiro e Layrargues (2011) destacam que a Educação Ambiental crítica busca superar abordagens centradas exclusivamente em mudanças individuais de comportamento, considerando as dimensões sociais, históricas e políticas da problemática ambiental. Nesse sentido, recursos como dramatizações, contos, jogos cooperativos e experiências com materiais reutilizáveis podem ser utilizados na Educação Infantil como estratégias de mediação, desde que articulados à realidade vivenciada pelas crianças e às relações que estabelecem com o ambiente.

Além disso, a pesquisa de Lima et al. (2023), também na RevBEA, aponta que a compreensão das mudanças climáticas por estudantes do ensino médio pode ser ampliada por meio de projetos interdisciplinares, contribuindo para uma formação crítica e participativa. Tais estratégias podem ser adaptadas para o trabalho com a infância, respeitando suas especificidades cognitivas. Nesse contexto, os estudos de Silva (2022), desenvolvidos com jovens da rede pública de Natal (RN), demonstram como atividades com foco em percepção ambiental e sustentabilidade podem gerar reflexões significativas sobre a ação humana e os desafios ambientais atuais.

Estudos como os de Reigota (2018) apontam que a formação de uma consciência climática não é resultado apenas de conteúdos informacionais, mas de uma pedagogia que integre valores, afetividade e participação social. Isso implica também em considerar o lugar social da criança como sujeito de direitos e agente de transformação. Portanto, práticas pedagógicas que deem voz à criança e promovam o diálogo com seu território e comunidade são essenciais.

Além do espaço escolar, a educação climática na infância deve dialogar com a comunidade e com a família. Segundo a UNICEF (2022), a vulnerabilidade das crianças aos efeitos das mudanças climáticas (como desastres naturais, doenças, insegurança hídrica e alimentar) exige uma abordagem que vá além da sala de aula, incorporando políticas públicas, infraestrutura escolar resiliente e campanhas comunitárias de sensibilização.

Dessa forma, é fundamental compreender que a educação climática, mesmo na infância, deve ir além da “culpabilização” do indivíduo, priorizando o

entendimento de processos sistêmicos, justiça climática e responsabilidade coletiva. Isso significa, por exemplo, mostrar que as escolhas de consumo, os modos de produção e as políticas públicas afetam o clima, e que todos têm o direito a um ambiente saudável e sustentável. Como destaca a UNESCO (2021), promover o pensamento crítico desde cedo é uma das formas mais eficazes de transformar a sociedade em direção à sustentabilidade.

Gestão de resíduos, consumo consciente e sustentabilidade cotidiana

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um componente essencial da sustentabilidade ambiental e um tema fundamental para a educação ambiental desde os primeiros anos escolares. Ensinar crianças sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos contribui para a formação de hábitos que impactam diretamente a conservação dos recursos naturais e a diminuição da poluição. De acordo com Santos e Pacheco (2019), a inserção da temática dos resíduos na educação infantil promove a conscientização sobre a responsabilidade individual e coletiva na proteção ambiental, além de incentivar a participação ativa da criança em seu ambiente imediato. Segundo estudo de Britto Pedrosa e Tamaio (2023), o uso de materiais pedagógicos voltados à crise climática deve ser pautado por uma abordagem transformadora, que vá além da simples transmissão de conteúdos e promova a participação ativa das crianças.

A educação ambiental relacionada à gestão de resíduos deve considerar o contexto social e cultural das crianças, adaptando práticas pedagógicas que permitam a vivência e o protagonismo infantil. Conforme aponta Pereira (2017), experiências práticas como a implantação de hortas escolares com compostagem, oficinas de reaproveitamento de materiais e projetos de coleta seletiva são eficazes para conectar teoria e prática, além de desenvolver competências socioemocionais como o cuidado e o trabalho em grupo.

O conceito de consumo consciente está diretamente ligado à gestão dos resíduos e à sustentabilidade cotidiana. Segundo Leal (2018), ensinar sobre consumo consciente na infância ajuda a estabelecer uma relação crítica com os hábitos de consumo estimulados pela sociedade contemporânea, mostrando a importância de escolhas responsáveis para a redução dos impactos ambientais. Essa educação possibilita que as crianças compreendam a origem dos produtos, o ciclo de vida dos materiais e os efeitos do desperdício, ampliando sua visão para além do consumo imediato.

Legislações brasileiras, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), orientam e incentivam práticas de redução, reutilização e reciclagem, além da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e sociedade civil. Essa política também destaca a importância da educação ambiental e da mobilização social para a efetividade das ações de gestão de resíduos (BRASIL, 2010). Integrar esses conceitos nas atividades escolares é fundamental para formar cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios ambientais atuais. A participação da comunidade escolar e das

famílias pode ampliar o alcance das práticas de Educação Ambiental, favorecendo a articulação entre os conhecimentos trabalhados na escola e as experiências cotidianas (Silva et al., 2020; Alves; Silva, 2019).

Metodologia

Este estudo tem caráter qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, e está fundamentado em um relato de experiência vivenciado por meio de uma oficina educativa de cunho ambiental realizada com crianças da primeira infância. A metodologia adotada considerou os princípios da Educação Ambiental Crítica (Loureiro, 2012), da Pedagogia Freiriana (Freire, 1996) e da pedagogia da escuta (Rinaldi, 2006) das crianças, a ludicidade, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento, respeitando os diferentes estágios do desenvolvimento infantil e promovendo aprendizagens significativas a partir da interação e da sensibilização. As atividades foram planejadas de forma integrada, permitindo múltiplas formas de expressão e interpretação sobre o meio ambiente.

Público-alvo, local e data de realização da oficina

A experiência foi realizada em uma instituição privada de ensino localizada no bairro Cidade Verde, no município de Parnamirim/RN. A escola atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I e II, caracteriza-se como uma instituição de pequeno a médio porte e possui, na Educação Infantil, turmas com número reduzido de crianças. Participaram da oficina 75 crianças, com idades entre 1 e 6 anos, matriculadas nos níveis I ao V da Educação Infantil, nos turnos matutino e vespertino. A atividade ocorreu em 6 de junho de 2025, no contexto das ações alusivas ao Dia Mundial do Meio Ambiente, respeitando a organização e o ritmo pedagógico das turmas.

Materiais utilizados

Todos os materiais empregados foram selecionados com foco na reutilização de resíduos sólidos e no estímulo à criatividade. Utilizaram-se caixas de papelão, garrafas PET (75 unidades), tampas plásticas de garrafas PET (160 unidades), barbante, tesoura sem ponta, folhas A4 (75 unidades), rolos de papel pardo, tintas guache, cola, tesouras sem ponta, pincéis, lápis e hidrocor.

Da maquete sustentável

Entre os momentos da oficina educativa, destacou-se a apresentação e exploração de uma maquete sustentável (Figura 1), elaborada com materiais recicláveis como papelão, garrafas PET, restos de tecido e embalagens reutilizadas. A atividade teve como objetivo possibilitar às crianças, de forma lúdica e visual, a compreensão do meio ambiente sob duas perspectivas

contrastantes: um ambiente em equilíbrio e um ambiente em desequilíbrio ecológico e social.



Figura 1: Maquete Sustentável
Fonte: Autores, 2025.

A maquete representava dois cenários contrastantes. O ambiente em desequilíbrio reunia elementos associados à poluição, ao desmatamento, ao descarte inadequado de resíduos e a outros impactos das ações humanas, enquanto o ambiente em equilíbrio apresentava áreas verdes, animais, espaços limpos e práticas sustentáveis. O contraste entre os cenários foi utilizado para estimular a observação e a reflexão das crianças sobre as relações entre ações humanas e qualidade ambiental.

Customização das lembranças do Dia Mundial do Meio Ambiente

Como etapa final da oficina, cada criança confeccionou duas lembranças com materiais reutilizados: uma tartaruga produzida com garrafa PET e papelão e um bilboquê artesanal (Figura 2). A atividade buscou articular ludicidade, criatividade e reaproveitamento de materiais, retomando temas abordados ao longo da oficina, como resíduos, poluição e preservação da fauna.



Figura 2: Lembranças sustentáveis
Fonte: Autores, 2025.

A tartaruga (Figura 3), além de ser um animal que desperta empatia nas crianças, foi utilizada como símbolo da fragilidade dos ecossistemas marinhos diante da poluição plástica. Em seu interior foram inseridos pedaços de plásticos flexíveis e coloridos, simulando os resíduos encontrados no estômago desses animais na natureza. Durante a produção, foi promovido um diálogo com os alunos sobre o impacto do descarte inadequado de resíduos nos oceanos e o risco de morte por ingestão de plásticos, tema abordado de forma sensível e acessível à faixa etária.



Figura 3: Tartarugas produzidas de material reciclável
Fonte: Autores, 2025.

Todo o processo de construção das lembranças foi permeado por conversas espontâneas entre as crianças e a mediadora, permitindo a troca de saberes e a socialização de sentimentos. Observou-se grande envolvimento e entusiasmo, com expressões verbais como “vou mostrar para minha mãe que eu ajudo o planeta” e “essa tartaruga vai viver no mar limpo”.

As lembranças foram levadas para casa pelas crianças, como forma de expandir o alcance da ação educativa para além da escola, estimulando o diálogo com os familiares e reforçando práticas sustentáveis no cotidiano doméstico. Essa etapa finalizou a oficina com uma forte carga simbólica,

revelando o poder da ludicidade e da arte como instrumentos de sensibilização ambiental desde a primeira infância.

Etapas da oficina educativa

A oficina foi organizada em sete momentos sequenciais, com intencionalidade pedagógica e foco na interação, ludicidade e sensibilização ambiental, conforme indica a Tabela 2:

Tabela 2 – Descrição do roteiro da oficina em momentos.

Etapas	Descrição da etapa
Momento relaxamento	Atividade inicial de acolhimento, com músicas suaves e exercícios respiratórios leves, criando um ambiente de confiança, calma e abertura à escuta e à expressão espontânea.
Rodinha do conhecimento	As crianças se apresentaram e compartilharam suas percepções iniciais sobre o meio ambiente, revelando conhecimentos prévios e suas formas de se relacionar com a natureza.
Observação do ambiente escolar	Em um passeio orientado pela escola, foram observados elementos naturais (plantas, insetos, árvores) e construídos (salas, brinquedos, muros), refletindo coletivamente sobre a pergunta: “ <i>O que é o meio ambiente?</i> ”
Apresentação da maquete sustentável	Uma maquete produzida com materiais recicláveis foi apresentada como representação lúdica de ambientes naturais e urbanos equilibrados e outro em desequilíbrio. As crianças interagiram com seus elementos, reconhecendo e nomeando o que viam (rios, árvores, casas, animais, indústrias, fumaças, sol, nuvens).
Atividade “Artista Individual” – folha A4	Cada aluno expressou, por meio do desenho livre, o que entende como “meio ambiente”, compondo uma produção artística individual a partir da pergunta: “ <i>O que é o meio ambiente para mim?</i> ”
Atividade “Artista Coletivo” – rolo de papel pardo	Divididas em pequenos grupos, as crianças criaram, em um rolo de papel pardo, representações coletivas sobre o meio ambiente, escolhendo temáticas como: floresta, jardim, cidade limpa, praia. A atividade estimulou o diálogo, a cooperação e o respeito às ideias entre os colegas.
Customização das lembranças do Dia Mundial do Meio Ambiente	Cada criança confeccionou dois objetos com materiais recicláveis: - Uma tartaruga de PET, recheada com fragmentos plásticos, simbolizando os impactos da poluição marinha e os riscos de ingestão de resíduos por animais; - Um bilboquê artesanal, feito com garrafas e tampas plásticas, valorizando o reaproveitamento criativo.

Fonte: Autores (2025)

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 22-41, 2026.

A oficina foi estruturada em sete momentos sequenciais, articulados de forma a contemplar diferentes dimensões da experiência ambiental na primeira infância, desde a sensibilização e a expressão de conhecimentos prévios até a observação do ambiente, a produção artística e o reaproveitamento de materiais. O Tabela 3 apresenta uma síntese das etapas desenvolvidas, destacando a finalidade pedagógica de cada momento e sua relação com os objetivos da experiência.

Tabela 3 – Síntese das etapas da oficina educativa

ODS	Dimensão relacionada à experiência	Contribuição da oficina
ODS 3 Saúde e bem-estar	Valorização de ambientes saudáveis e contato com a natureza.	Experiências de sensibilização e cuidado com o ambiente.
ODS 4 Educação de qualidade	Educação ambiental desde a primeira infância.	Práticas educativas lúdicas, participativas e inclusivas.
ODS 6 Água potável e saneamento	Cuidado com a água e impactos da poluição.	Reflexões sobre resíduos, rios e ambientes saudáveis.
ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis	Relação entre ambiente, espaços urbanos e qualidade de vida.	Representação de ambientes urbanos e práticas de cuidado.
ODS 12 Consumo e produção responsáveis	Reutilização e descarte adequado de resíduos.	Uso de materiais recicláveis nas atividades.
ODS 13 Ação contra a mudança global do clima	Educação e sensibilização para questões climáticas.	Abordagem de impactos ambientais e ações humanas.
ODS 14 Vida na água	Poluição dos ambientes aquáticos e proteção da fauna.	Atividade da tartaruga e discussão sobre resíduos plásticos.
ODS 15 Vida terrestre	Biodiversidade, fauna, flora e conservação.	Valorização dos elementos naturais e dos seres vivos.

Fonte: Autores (2026)

Salienta-se que o acompanhamento foi feito por meio da observação participante, com anotações em diário de campo e registros fotográficos (mediante autorização institucional). As interações, expressões orais e artísticas das crianças foram documentadas para posterior análise qualitativa da vivência.

Resultados e discussão

Os registros produzidos durante a oficina evidenciaram diferentes formas pelas quais as crianças interpretaram e expressaram suas relações com o ambiente. Essas manifestações foram analisadas à luz da Educação Ambiental Crítica, perspectiva que compreende as questões ambientais para

além de comportamentos individuais de conservação, considerando as relações estabelecidas entre sujeitos, sociedade e natureza (Layrargues; Lima, 2014; Loureiro, 2012). A partir dessa perspectiva, as falas, interações e produções artísticas foram compreendidas não apenas como respostas às atividades propostas, mas como expressões das formas pelas quais as crianças atribuem sentidos às questões socioambientais presentes em seu cotidiano.

Durante os momentos de diálogo, como na roda do conhecimento e nas interações espontâneas ao longo das dinâmicas, foi possível identificar que muitas crianças já possuíam noções básicas sobre natureza, animais, lixo e água, frequentemente influenciadas por conteúdos escolares, familiares ou da mídia. Entretanto, essas noções apresentavam-se, em grande parte, de maneira fragmentada e associadas a exemplos do cotidiano, como a importância de não jogar lixo no chão, economizar água e cuidar dos animais. As manifestações das crianças demonstraram, portanto, que elas já estabeleciam relações iniciais entre determinadas ações humanas e suas consequências para o ambiente, embora ainda apresentassem dificuldades para compreender essas questões de forma mais ampla e articulada. Esse resultado evidencia a importância de práticas de Educação Ambiental que partam dos conhecimentos e experiências já construídos pelas crianças, ampliando-os por meio do diálogo, da observação e de experiências significativas.

Entretanto, ao serem provocadas a observar o “ambiente ao redor” e refletir sobre o que constitui um meio ambiente equilibrado ou desequilibrado, emergiram falas que denotavam maior complexidade e sensibilidade, como “*o rio tá triste porque tá sujo*”. Esses relatos reforçam o papel da primeira infância como fase propícia para a construção de valores ecológicos, conforme defendem autores como Carvalho (2008) e Jacobi (2017).

A interação com a maquete permitiu identificar relações estabelecidas pelas crianças entre determinadas ações humanas e as condições ambientais representadas. Ao diferenciarem os dois cenários, elas apontaram situações como desmatamento, poluição das águas e emissão de fumaça e sugeriram ações como “plantar árvores”, “jogar lixo no lugar certo” e “cuidar dos animais”. Essas manifestações indicam uma compreensão inicial das relações entre ação humana e ambiente, ainda fortemente associada a práticas individuais de cuidado e preservação. À luz das macrotendências propostas por Layrargues e Lima (2014), tais percepções aproximam-se de elementos presentes nas perspectivas conservacionista e pragmática da Educação Ambiental, sobretudo pela ênfase no cuidado com a natureza e na mudança de comportamentos cotidianos.

A mediação pedagógica, entretanto, possibilitou ampliar essas manifestações ao estimular comparações entre os cenários e questionamentos sobre as consequências das ações humanas. Expressões como “lugar bonito”, “animais felizes” e “cidade limpa” também evidenciaram uma dimensão afetiva na relação das crianças com o ambiente. Na perspectiva da Educação Ambiental Crítica assumida neste estudo, o papel da mediação consiste

justamente em favorecer a ampliação dessas percepções, buscando ultrapassar respostas exclusivamente comportamentais e construir relações mais articuladas entre sujeitos, sociedade e natureza (Loureiro, 2012; Layrargues; Lima, 2014).

As produções artísticas constituíram uma das formas pelas quais as crianças expressaram suas percepções sobre o ambiente. Nos oito desenhos individuais selecionados dos Níveis IV e V (Figuras 4 a 11), foram recorrentes elementos como árvores, sol, nuvens, pássaros, vegetação e o planeta Terra, além da presença humana e de componentes do espaço urbano. Na Figura 4, por exemplo, a criança representou um caminhão cuja função, segundo seu próprio relato, seria recolher o lixo das ruas, estabelecendo uma associação entre o espaço urbano e as práticas de cuidado ambiental.

A recorrência de elementos naturais nas produções sugere uma percepção de meio ambiente ainda fortemente vinculada à natureza, embora a presença de pessoas e de componentes urbanos indique que essa compreensão não se restringe exclusivamente ao mundo natural. Essa leitura é relevante na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que busca superar concepções fragmentadas de ambiente e compreendê-lo a partir das relações estabelecidas entre sociedade e natureza (Loureiro, 2012). Nesse sentido, os desenhos não foram considerados apenas como produtos das atividades, mas como registros das formas pelas quais as crianças significaram o ambiente a partir de suas experiências e referências cotidianas.



Figura 4: Expressão artística de um aluno do nível V



Figura 5: Expressão artística de um aluno do nível V

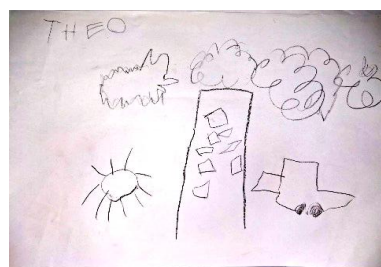


Figura 6: Expressão artística de um aluno do nível IV



Figura 7: Expressão artística de um aluno do nível IV



Figura 8: Expressão artística de um aluno do nível V



Figura 9: Expressão artística de um aluno do nível IV



Figura 10: Expressão artística de um aluno do nível IV



Figura 11: Expressão artística de um aluno do nível IV

Na Figura 9, a representação de lixeiras coloridas destinadas à separação dos resíduos sinaliza a presença de conhecimentos relacionados à coleta seletiva e à reciclagem. A produção dialoga com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que se refere à educação ambiental e à responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos.

A atividade coletiva incentivou a cooperação, a escuta e a valorização das ideias dos colegas, fortalecendo a dimensão social da educação ambiental. Os grupos de crianças foram incentivados a criar cenários em rolos de papel, desenvolvendo narrativas visuais sobre o que compreendem como um meio ambiente equilibrado. Surgiram, então, representações de rios limpos (Figuras 12 e 13), vegetações diversas (Figura 13), animais (Figura 12), árvores frondosas (Figuras 12, 13 e 14), casas (Figuras 12 e 14) e pessoas interagindo harmonicamente com a natureza (Figuras 12 e 6).



Figura 12: Arte realizada por crianças do nível IV e V
Fonte: Autores, 2025



Figura 13: Arte realizada por crianças do nível I, II e III
Fonte: Autores, 2025



Figura 14: Arte realizada por crianças do nível IV e V

Fonte: Autores, 2025

Nas produções coletivas, as interações entre as crianças envolveram troca de ideias, negociação das representações e participação na construção dos cenários, evidenciando a dimensão coletiva da experiência educativa. Elementos relacionados ao cuidado, à cooperação e às relações com o ambiente apareceram tanto no processo de elaboração quanto nas produções resultantes, indicando que a atividade artística possibilitou expressar percepções socioambientais construídas e compartilhadas pelo grupo.

Segundo Barbosa (2008), o trabalho com artes visuais na infância permite que a criança articule imaginação e conhecimento, construindo significados a partir de suas vivências e de sua percepção do mundo. Além disso, as crianças representaram ambientes limpos, com vegetação preservada, cursos d'água claros e pessoas cuidando da natureza, em contraposição a ambientes degradados, com lixo nos rios e ausência de áreas verdes.

Essa dualidade sugere a construção de relações iniciais entre as ações humanas e suas consequências para o ambiente, aspecto coerente com a perspectiva da Educação Ambiental crítica, que busca favorecer uma leitura mais integrada das relações entre sociedade e natureza (Loureiro; Layrargues, 2011). Nesse sentido, a atividade coletiva ultrapassou a dimensão artística ao possibilitar que as crianças expressassem e compartilhassem percepções sobre o ambiente, mobilizando valores relacionados à cooperação, ao pertencimento e ao cuidado.

A confecção das lembranças com materiais reutilizados possibilitou abordar a problemática dos resíduos por meio de uma situação concreta e acessível às crianças. Na atividade da tartaruga (Figura 15), a presença de fragmentos plásticos em seu interior provocou manifestações de inquietação, como na fala “ela morreu porque comeu o lixo do mar”. Essa expressão sugere que a criança estabeleceu uma relação entre o descarte inadequado de resíduos e seus impactos sobre a fauna marinha, ultrapassando a identificação do lixo como elemento isolado e associando-o a uma consequência socioambiental.



Figura 15: Tartarugas customizadas pelos alunos da educação infantil

Fonte: Autores, 2025

Segundo Barbosa (2008), experiências estéticas e manuais na infância favorecem a articulação entre imaginação, conhecimento e construção de significados. Nesse sentido, a personalização das tartarugas associou a expressão criativa à reflexão sobre os impactos dos resíduos nos ambientes aquáticos. A atividade também dialoga com a Educação Ambiental Crítica ao relacionar uma prática cotidiana — o descarte de resíduos — às suas consequências ambientais, favorecendo uma compreensão que ultrapassa a orientação comportamental isolada (Loureiro; Layrargues, 2011).

Em conjunto, os registros analisados indicam que as estratégias lúdicas, participativas e contextualizadas possibilitaram às crianças expressar percepções sobre as relações entre ações humanas e ambiente. As falas, interações e produções artísticas revelaram tanto concepções associadas ao cuidado e à preservação quanto relações iniciais entre práticas cotidianas e suas consequências socioambientais. Esses achados dialogam com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica ao evidenciarem a importância de práticas pedagógicas que, partindo das experiências e dos conhecimentos das crianças, favoreçam a ampliação de suas formas de compreender as relações entre sociedade e natureza (Loureiro, 2012; Layrargues; Lima, 2014).

Considerações finais

A experiência vivenciada na oficina educativa realizada com crianças da primeira infância, no contexto do Dia Mundial do Meio Ambiente, evidenciou possibilidades de inserção da educação ambiental desde os primeiros anos de vida. As atividades lúdicas, sensoriais e participativas possibilitaram às crianças o contato com conceitos básicos relacionados ao meio ambiente e favoreceram manifestações de percepção, curiosidade e reflexão sobre a natureza e algumas consequências das ações humanas.

A utilização de recursos acessíveis, como a maquete sustentável e as lembranças confeccionadas com materiais recicláveis, contribuiu para o envolvimento das crianças nas atividades e para a aproximação entre os conteúdos trabalhados e situações concretas. As respostas espontâneas observadas durante as propostas indicaram que estratégias educativas baseadas na ludicidade, na experimentação e na participação podem favorecer a construção de conhecimentos e valores relacionados ao cuidado, à

responsabilidade e ao pertencimento socioambiental.

A oficina também apresentou articulação com princípios presentes em documentos nacionais e internacionais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essa aproximação reforça a pertinência de práticas de educação ambiental na primeira infância e evidencia a possibilidade de desenvolver experiências educativas relacionadas à sustentabilidade de maneira contextualizada e compatível com as características dessa etapa da educação.

Dessa forma, a experiência analisada aponta que práticas educativas lúdicas, participativas e contextualizadas podem constituir estratégias relevantes para aproximar crianças pequenas das questões socioambientais. Embora os resultados estejam circunscritos à experiência desenvolvida, eles contribuem para a reflexão sobre a inserção da educação ambiental no cotidiano da primeira infância e sobre a importância da articulação entre escola, família e comunidade na construção de experiências que favoreçam relações mais responsáveis e sensíveis com o ambiente.

Agradecimentos

A realização desta oficina educativa e a elaboração deste artigo só foram possíveis graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas que acreditam na força transformadora da educação ambiental desde a primeira infância, reafirmando o compromisso coletivo com um futuro mais consciente, justo e sustentável. Agradecemos, em especial, à equipe pedagógica, à coordenação e aos professores da escola privada PH3, pela confiança, acolhimento e abertura ao desenvolvimento de atividades interdisciplinares voltadas à formação cidadã e à consciência socioambiental. Estendemos um agradecimento especial à coordenadora Marileuda Moura Silva dos Prazeres, que apoiou a proposta da oficina desde o primeiro momento, demonstrando sensibilidade e compromisso com práticas pedagógicas inovadoras e sustentáveis.

Nossa profunda gratidão às crianças participantes, que, com sua curiosidade, imaginação e envolvimento, deram vida a cada etapa da oficina, mostrando que, mesmo na primeira infância, é possível cultivar valores de cuidado, respeito e responsabilidade com o meio ambiente. Agradecemos também às famílias dos alunos, por incentivarem a continuidade dessas práticas no ambiente familiar, ampliando o impacto da ação educativa.

Agradecimentos especiais à Juliana Cristina do Vale de Moura Caetano, pelo apoio fundamental na organização da oficina, na separação das garrafas PET e pelos materiais que viabilizaram diversas atividades. À Janira Lemos Pantoja de Souza, massoterapeuta e empresária da *Espaço Clin Terapias*, por contribuir com dezenas de tampas plásticas, colaborando ativamente para a realização dos momentos criativos e sustentáveis da oficina. E à Vanessa Moura de Oliveira, empresária da *Oxé Mainha Pastéis*, por

gentilmente disponibilizar um grande número de garrafas PET, tornando as atividades realizadas acessível a todos.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **A criança pequena e a natureza**. Porto Alegre: Penso, 2008.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **A imagem no ensino da arte**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTI, Cláudia Regina. **Educação ambiental e infância: diálogos possíveis**. Revista Contemporânea de Educação, v. 11, n. 21, p. 106-123, 2016.

DRUCIAK, R. A.; KATAOKA, M. R. A.; OBARA, A. T. Educação ambiental climática: fundamentos e práticas na formação de jovens. **RevBEA**, São Paulo, v. 20, n. 4, 2025.

FERREIRA, Luciana; REIGOTA, Marcos. Horta escolar e educação ambiental: um estudo de caso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 109–127, 2010.

LAYRARGUES, P. P., & LIMA, G. F. da C. (2014). As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, 17(1), 23–40. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000100003>

LIMA, G. D.; ROCHA, V. F.; ALVES, L. F. Mudanças climáticas e percepção ambiental de estudantes do ensino médio. **RevBEA**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2023.

LORENZETTI, Leonir; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. A abordagem da temática ambiental na educação infantil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 30, n. 2, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe P. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 22-41, 2026.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

MARQUES, D. D. S.; MARQUES, M. S.; TOLEDO, A. L. L. Análise da percepção ambiental com alunos do 2º ano do ensino médio em escola estadual de Natal (RN). **RevBEA**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2023.

MARQUES, D. D. S.; MARQUES, M. S. M.; OLIVEIRA, A. L.; TOLEDO, A. L. L. Mudanças climáticas e impactos das ações do homem: uma perspectiva de alunos do ensino médio em Natal (RN). **RevBEA**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2025.

MOURA, Mônica; MARANDINO, Martha. Ensinar mudanças climáticas para crianças: o papel do cotidiano e das experiências sensoriais. **Ciência & Educação**, v. 26, n. 4, p. 889–906, 2020. DOI:10.1590/1516-731320200040005

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. 14. ed. São Paulo: Scipione, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Summus, 1976.

PEDROSA, B. S.; TAMAIO, A. C. Educação ambiental para a crise climática: reprodutivismo ou transformação? **RevBEA**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2023.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.

UNESCO. **Learn for our planet: a global review of how environmental issues are integrated in education**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377362>>. Acessado em: 10 de junho de 2025.

UNICEF. **The coldest year of the rest of their lives** – Protecting children from the escalating impacts of heatwaves. Nova York: UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org>>. Acessado em: 10 de junho de 2025.